



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA INFORMAÇÃO-ICHI
CURSO DE BIBLIOTECONOMIA**

Raquel Gondran Pereira

**BIBLIOTECONOMIA JURÍDICA E BIBLIOTECÁRIO JURÍDICO: UMA REVISÃO
DE LITERATURA**

Rio Grande
2017

Raquel Gondran Pereira

**BIBLIOTECONOMIA JURÍDICA E BIBLIOTECÁRIO JURÍDICO: UMA REVISÃO
DE LITERATURA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para obtenção do título Bacharel em Biblioteconomia, orientado pela Prof.^a Dr.^a Angélica Conceição Dias Miranda, em novembro de 2017.

Rio Grande
2017

P436b Pereira, Raquel Gondran

Biblioteconomia jurídica e bibliotecário jurídico: uma revisão de literatura / Raquel Gondran Pereira. – 2017.

39 p.:il. color.

Orientadora: Angélica Conceição Dias Miranda
Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) – Universidade Federal do Rio Grande, Instituto de Ciências Humanas e da Informação, Rio Grande/RS, 2017.

Inclui referências e apêndice.

1. Biblioteconomia jurídica 2. Bibliotecário jurídico I. Miranda, Angélica Conceição Dias II. Título

CDU 02:34

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA INFORMAÇÃO
CURSO DE BIBLIOTECONOMIA**

FOLHA DE APROVAÇÃO

Raquel Gondran Pereira

Biblioteconomia jurídica e bibliotecário jurídico: uma revisão de literatura

Trabalho de conclusão de curso de Biblioteconomia, apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Biblioteconomia, da Universidade Federal do Rio Grande – FURG, orientado pelo(a) Prof(a). Angélica Conceição Dias Miranda.

Banca examinadora

Prof^a. D.ra Angélica Conceição Dias Miranda ICHI/FURG

Prof^a. M.^a Maria de Fátima Santos Maia ICHI/FURG

Prof^a. D.ra Márcia Carvalho Rodrigues ICHI/FURG



Serviço Público Federal
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA INFORMAÇÃO
CURSO DE BIBLIOTECONOMIA

TERMO DE RECONHECIMENTO DE VERSÃO FINAL DO TCC

Eu, professora Angélica Conceição Dias Miranda reconheço a versão final para entrega e armazenamento do trabalho de conclusão de curso de Biblioteconomia sob o título de “Biblioteconomia jurídica e bibliotecário jurídico: uma revisão de literatura”.

Rio Grande, 08 de dezembro de 2017.

Angélica Conceição Dias Miranda

Dedico esse trabalho a meu esposo Ronaldo Amaral Pereira, pois ele foi o pilar que me sustentou e fez de minha jornada um caminho, mais suave.

AGRADECIMENTOS

À Deus por ter me dado forças e iluminando meu caminho para que pudesse concluir mais uma etapa da minha vida;

A minha mãe Maria, por todo amor e dedicação que sempre teve comigo;

A minha tia Magda pelo incentivo e confiança;

A minha amiga Ana, por ser tão dedicada e amiga e estar comigo nas horas mais difíceis em que pensei em desistir;

Ao meu marido Ronaldo, por ser a pessoa que mais me apoia e acredita nas minhas conquistas e me mostra que sou capaz de chegar onde desejo;

A minha colega e amiga Sandra, por ser minha parceira nas madrugadas de estudo, pelos puxões de orelhas, pela motivação e carinho;

A minha orientadora Angélica Miranda, por ter acreditado em mim, por me tirar da famosa zona do conforto e por ser o melhor exemplo que conheço de determinação e superação;

Aos meus irmãos de sangue, de fé e amigos pelas orações, pelo carinho, dedicação e atenção que sempre tiveram comigo;

A todos, que de alguma forma contribuíram para a realização deste trabalho, muito obrigada!

Se Deus fizer, Ele é Deus
Se não fizer, Ele é Deus
Se a porta abrir, Ele é Deus
Mas se fechar continua sendo Deus
Delino Marçal

RESUMO

A biblioteconomia está atualmente em profunda metamorfose, a prova disto é a ligação que ela faz as demais outras áreas, em benefício das necessidades da sociedade. Novos campos surgiram bem como a possibilidade de interação com outras áreas do conhecimento, proporcionando diferentes possibilidades de atuação do profissional bibliotecário. E uma dessas áreas é do Direito com suas leis, produzem uma leva informações que beneficiam toda uma sociedade. Á vista disso, a presença do bibliotecário em instituições jurídicas tem se tornado essencial, pois se utiliza das técnicas biblioteconômicas para organizar a informação jurídica e disponibiliza-la de forma ágil. Nessa situação surge um novo ramo do saber a “Biblioteconomia Jurídica”, pois, baseia-se numa interdisciplinaridade em que as Ciências da informação e Documentação se articulam com as matérias jurídicas. Este trabalho investigou os estudos acerca dos temas “biblioteconomia jurídica e bibliotecário jurídico á partir dos periódicos científicos da área da Ciência da Informação, entre os anos de 2012 e 2016. Entre os objetivos específicos se destaca listar os periódicos eletrônicos nacionais da área da Ciência da Informação; identificar os trabalhos com as palavras-chave sobre Biblioteconomia Jurídica e Bibliotecário Jurídico. Usou-se como metodologia a revisão bibliográfica do tipo exploratória, sob abordagem qualitativa. Foram pesquisados 15 periódicos, sendo que em 8 recuperou-se 67 artigos. Para fins da presente pesquisa, 12 foram relevantes. Entre os resultados, os temas abordados destacaram-a organização da informação e gestão do conhecimento, profissional capacitado para pesquisas em fontes de informação jurídica, arquiteto da informação, mediador da informação, presença da biblioteconomia jurídica nos escritórios de advocacia e nas bibliotecas especializadas em Direito, dificuldades enfrentadas pelo bibliotecário jurídico em se inserir no mercado de trabalho advocatício. Por meio deste estudo foi possível conhecer novos campos de trabalho do Bibliotecário Jurídico, não restringindo somente a bibliotecas especializadas na área de Direito, mas também estudiosos das fontes jurídicas, a frente de estudos em usabilidade e arquitetura da informação, editores, bibliotecários de escritórios de advocacia bem como de repartições governamentais.

Palavras-chave: Biblioteconomia. Biblioteconomia jurídica. Bibliotecário jurídico.

ABSTRACT

Librarianship is currently in deep metamorphosis, proof of this is the connection it makes to other areas, to the benefit of society's needs. New fields emerged as well as the possibility of interaction with other areas of knowledge, providing different possibilities for the professional librarian. And one of these areas is the law with its laws, produce a leads information that benefits an entire society. In view of this, the presence of the librarian in legal institutions has become essential, since librarianship techniques are used to organize legal information and make it available in an agile way. In this situation arises a new branch of knowledge "Legal Librarianship", because, it is based on an interdisciplinarity in which the Information Sciences and Documentation are articulated with the legal matters. This work investigated the studies on the topics "legal librarianship and legal librarianship from the scientific journals in the area of Information Science, between the years of 2012 and 2016. Among the specific objectives is to list the national electronic journals of the area of Science of the Information; identify the works with the keywords on Legal Librarianship and Legal Librarians. The bibliographic review of the exploratory type was used as a methodology, under a qualitative approach. Fifteen papers were searched, and in 8, 67 papers were retrieved. For the purposes of this research, 12 were relevant. Among the results, the topics covered included the organization of information and knowledge management, professional trained for research in legal information sources, information architect, information mediator, presence of legal librarianship in law firms and specialized libraries in Law, difficulties faced by the legal librarian in entering the labor market. Through this study it was possible to discover new fields of work of the Legal Librarian, not restricted only to specialized libraries in the area of Law, but also scholars of legal sources, ahead of studies in usability and information architecture, editors, librarians of offices of advocacy as well as government agencies.

Keywords: Librarianship. Legal librarianship. Legal librarian.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANCIB	Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação
CaJur	Cadernos Jurídicos
CDD	Classificação Decimal de Dewey
IBICT	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
FEBAB	Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários
FURG	Universidade Federal do Rio Grande
NPJ	Núcleo de Prática Jurídica
PUC	Pontífice Universidade Católica
STJ	Supremo Tribunal de Justiça
TCJ	Tabela de Classificação Jurídica
UFES	Universidade Federal do Espírito Santo
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
USP	Universidade de São Paulo
UEL	Universidade Estadual de Londrina

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1– Estrutura da Pesquisa_____	15
Quadro 1 – Relação das revistas eletrônicas_____	24
Quadro 2 – Periódicos utilizados e documentos recuperados_____	26
Quadro 3 – Artigos recuperados_____	27

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
1.1 Tema	13
1.2 Problematização da pesquisa	13
1.3 justificativa	14
1.4 Objetivos	14
1.4.1 Objetivo geral	14
1.4.2 Objetivo específico	15
1.5 Estrutura da Pesquisa	15
2 REFERÊNCIAL TEORICO	16
2.1 Informação Jurídica	16
2.2 Bibliotecário Jurídico	18
2.3 Biblioteconomia Jurídica	19
3 METODOLOGIA	22
3.1 Classificação pesquisa	22
3.1 Universo da Pesquisa	23
3.3 Instrumento da Pesquisa	23
3.4 Descrição dos procedimentos	24
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES	26
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	34
REFERÊNCIAS	35
APÊNDICE	38

1 INTRODUÇÃO

Com advento da globalização e da internet, o profissional bibliotecário tem se mostrado adaptado e pronto para entrar no mundo das tecnologias. Por ser um profissional que tem como base para seu trabalho as técnicas de organização e disseminação, torna-se um mediador entre a informação e o usuário.

Neste caso, o profissional bibliotecário é capacitado para desempenhar seu trabalho em vários órgãos onde ele possa exercer a organização, tratamento e análise de qualquer informação. E um dos lugares onde tem se mostrado operante é a área de Direito, pois os poderes executivo, legislativo e judiciário produzem uma grande quantidade de informações jurídicas.

Segundo Passos (1994, p.363) "A informação jurídica pode ser gerada, registrada e recuperada, basicamente, em três formas distintas: descritiva (por meio da doutrina); normativa (pela legislação) e interpretativa (pela jurisprudência)".

A importância do bibliotecário que lida com a informação especializada, exige deste profissional um conhecimento mais aprofundado desta área, é então que o bibliotecário jurídico na prática profissional é forjado. Sabemos que os usuários das bibliotecas jurídicas são bem exigentes e os bibliotecários precisam desenvolver métodos que vão além das técnicas da biblioteconomia, indo ao encontro da ciência do direito, estas áreas ao se unirem, criando a biblioteconomia jurídica.

Inicialmente, serão apresentados a justificativa e os objetivos da pesquisa. Em seguida, o referencial teórico e a metodologia.

1.1 Tema

O tema central desta pesquisa é a biblioteconomia jurídica e o bibliotecário jurídico.

1.2 Problematização da pesquisa

A profissão de bibliotecário mudou muito com o uso das tecnologias. Novos campos surgiram bem como a possibilidade de interação com outras áreas do conhecimento. Torna-se quase impossível conhecer as diferentes possibilidades de atuação do profissional bibliotecário. Nesse sentido surge um questionamento que

verificar-se os temas biblioteconomia jurídica e bibliotecário jurídico tem sido foco dos trabalhos publicados nos periódicos brasileiros da área de CI?

1.3 Justificativa

A preferência pela escolha do assunto deve-se a experiência de atuação desta autora, que trabalhou como secretária em um escritório de advocacia, auxiliando na organização documental ali apresentada. Ao ingressar no curso de Biblioteconomia despertou então o interesse a respeito da Biblioteconomia jurídica.

De acordo com Costa (2010, p.15) “Embora de grande importância para a sociedade e, sobretudo para as instituições jurídicas, o bibliotecário jurídico é pouco conhecido”.

Para Furtado et al. (2012, p. 2) “O bibliotecário é um profissional interdisciplinar que ao longo de sua formação estuda métodos e técnicas para trabalhar com a informação, sendo base para seu trabalho”. Deste modo, é o profissional mais capacitado para trabalhar com as informações jurídicas.

Conforme Passos (1994, p. 363) a informação jurídica pode “ser gerada, registrada e recuperada, basicamente em três formas distintas: descritiva (por meio de doutrina), normativa (pela legislação) e interpretativa (pela jurisprudência)”.

Assim, esse estudo justifica-se pelo fato de que contribuirá para a Biblioteconomia brasileira, permitindo conhecer um pouco mais sobre o bibliotecário jurídico que atua com a informação e documentação jurídica, tornando-se então um desafio de pesquisa.

1.4 Objetivos

A seguir será apresentado o objetivo geral, bem como, os específicos desse trabalho.

1.4.1 Objetivo Geral

Investigar os estudos acerca dos temas “biblioteconomia jurídica e bibliotecário jurídico a partir dos periódicos científicos da área da Ciência da Informação, entre os anos de 2012 e 2016”.

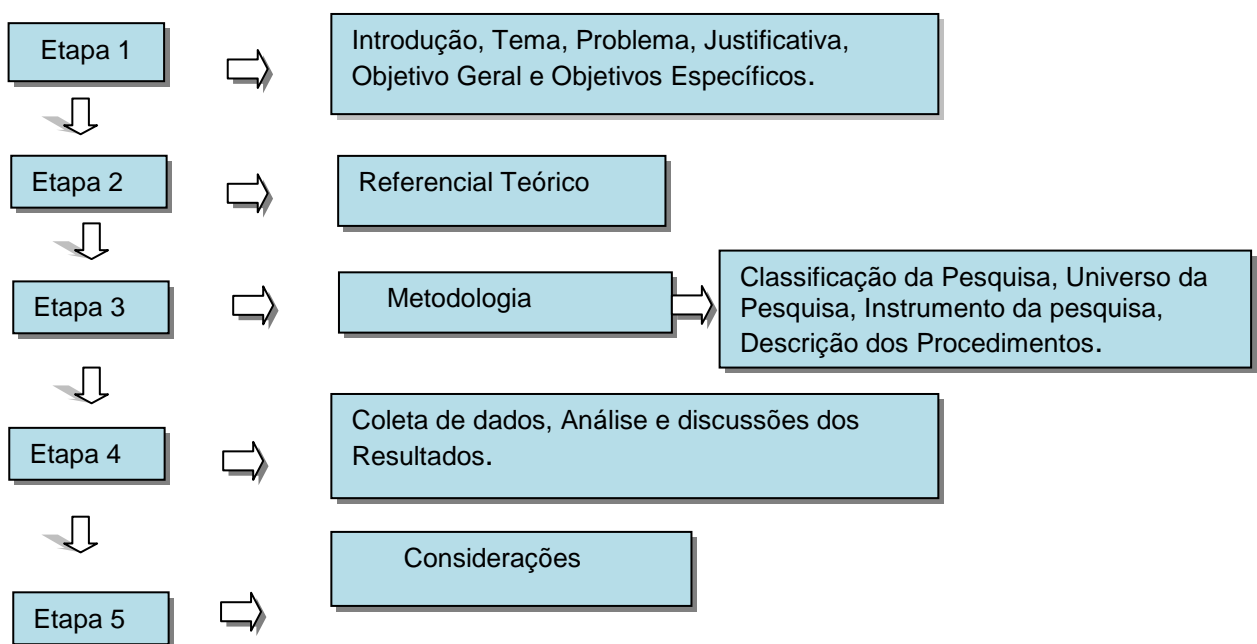
1.4.2 Objetivos Específicos

- a) Listar os periódicos eletrônicos nacionais da área da Ciência da Informação;
- b) Identificar os trabalhos com as palavras-chave sobre Biblioteconomia Jurídica e Bibliotecário Jurídico;
- c) Analisar e discutir sobre os resultados obtidos a partir da pesquisa.

1.5 Estrutura da pesquisa

Esta etapa da pesquisa tem por objetivo representar os caminhos percorridos durante o estudo.

Figura 1 – estrutura da pesquisa



Fonte: a autora

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Esta seção visa fornecer um embasamento teórico para a presente pesquisa, apresenta opiniões, definições, objetivos da biblioteconomia jurídica e do bibliotecário jurídico e campo de atuação. Exibe os principais conceitos elaborados por autores que dominam o assunto relacionado com o tema, tais como: Informação jurídica; Bibliotecário Jurídico e Biblioteconomia Jurídica.

2.1 Informação Jurídica

A sociedade atual é marcada por um elevado fluxo de informações, que tem criado um ambiente favorável para a produção de novos conhecimentos e avanços tecnológicos. A busca por mais informações tem sido o foco desta sociedade.

Neste contexto, a Biblioteconomia tem-se destacado, ao formar especialistas no tratamento ou acesso a informação, capacitando-os a planejar, organizar e gerenciar unidades de informação. (UFES).

Segundo Souza (1986, p. 191) :

A informação não é, apenas, objeto de estudo da Biblioteconomia; ela é um elemento dinâmico, transformador, e esta conotação é que lhe dá foros de ciência, pois ciência é desenvolvimento, ciência é transformação, ciência é vida.

Entende-se que, a informação não é só objeto de estudo da biblioteconomia da ciência da informação, mas também é objeto de estudo de muitas outras ciências. O bibliotecário é o profissional da informação que atua em vários tipos e naturezas da informação, mas ressaltamos entre eles a informação jurídica.

De acordo com Passos (1994, p. 363) a informação jurídica é:

É como toda a unidade de conhecimento humano que tem a finalidade de embasar manifestações de pensamento de juriconsultos, tratadistas, escritores jurídicos, advogados, legisladores, desembargadores, juízes e todos aqueles que lidam com a matéria jurídica, quando procuram estudar (do ponto de vista legal) ou regulamentar situações, relações e comportamentos humanos, ou ainda quando interpretam e aplicam dispositivos legais.

A informação jurídica é o material de trabalho do bibliotecário jurídico, profissional que deve ter o domínio destes materiais que irá lidar diariamente para poder atender a seus usuários.

O termo informação jurídica é o tipo de informação originada das ciências jurídicas e utilizada em campos distintos, tais como o direito e a biblioteconomia.

Lucas (2009, p. 32) referiu ao direito como um conjunto de normas jurídicas vigentes em um país, e é um ramo das ciências sociais que estuda as normas obrigatórias que controlam as relações dos indivíduos em sociedade.

Na área do direito são produzidas informações constantes em três níveis fundamentais: legislativa, jurisprudencial e doutrinária.

A Legislação é conhecida como a reunião de leis, isto é, “o conjunto de diplomas legais ou disposições emanadas de autoridades em seus diversos níveis de atuação”. (BARROS, 2004, p. 203).

De acordo com Náufel (1988, apud PAIVA, 2012, p. 8) conceitua-se legislação como um “conjunto de normas jurídicas de caráter coercitivo sobre determinada matéria. Totalidade das leis de um Estado ou determinado ramo do direito”.

A Jurisprudência “como fonte secundária do direito, consiste no conjunto de decisões reiteradas (repetidas, renovadas) de juízes e tribunais sobre determinada tese jurídica”. (BARROS, 2004, p. 203).

Entende-se que é a ciência que revê novamente as leis sob a ótica de juízes e tribunais para serem renovadas e aprovadas, conjunto das soluções dadas pelos tribunais às questões de Direito.

A Doutrina é definida como “a interpretação de autores, juristas e escritores acerca de uma norma ou decisão jurídica”. (BARROS, 2004, p. 203).

“A Doutrina é, em sua maior parte, elaboração teórica sobre outras fontes, tal como a jurisprudência, embora constitua indiscutível fonte firmadora em face das instituições nascentes” (BARROS, 2004, p. 203), ou seja, regra que, resulta de uma interpretação e é utilizada como padrão no exercício prático de uma lei.

Costa (2013, p. 28), diz que:

A lei é a fonte principal do Direito e a produção da área jurídica enfrenta constantes atualizações de normas, leis, decretos, emendas entre outros devido à necessidade que são observadas por

autoridades para que se mantenha a ordem e organização da sociedade.

Toda essa elevada quantidade de informação jurídica, conjunto de normas vigentes de um país, tem feito parte das rotinas do bibliotecário jurídico, que tem desempenhado seu papel de forma a conhecer as fontes de informação que dão origem ao seu trabalho.

2.2 Bibliotecário Jurídico

Olorunfemi (2016, p. 130) relatou em seu trabalho que o termo bibliotecário jurídico é utilizado para descrever ou identificar os bibliotecários associados a bibliotecas jurídicas para operar e prover acesso a fontes e recursos de informação em bibliotecas jurídicas, bibliotecários jurídicos são as pessoas que trabalham para prover acesso a fontes e recursos de informação em bibliotecas jurídicas.

Percebendo o volume de informações e normas jurídicas sendo elaboradas, disponibilizadas, modificadas e discutidas a todo instante, a presença do bibliotecário em instituições jurídicas tem se tornado essencial. O bibliotecário jurídico é o responsável por organizar a informação jurídica que seja útil ao seu usuário e disponibiliza-la de forma ágil e eficiente. (PASSOS, 2001).

A área de atuação desse profissional não se estende apenas as bibliotecas especializadas de direito, mas também àquelas localizadas em órgãos públicos, universidades e escritórios de advocacia, visando atender às demandas informacionais de juízes, ministros, advogados, legisladores, servidores públicos, professores (PASSOS, 2001).

Em conformidade com Neubhaer (2010 apud, RODRIGUES, p. 165) Os bibliotecários atuantes em bibliotecas jurídicas deverão ter um conhecimento prévio sobre os processos legislativo e judiciário, manter-se atualizado quanto à jurisprudência e doutrina e ainda conhecer as principais fontes de informação.

Para Passos (2001, p. 2):

[...] os bibliotecários jurídicos referente às fontes de informação são atentos indiferente ao seu suporte, juízes das vantagens e desvantagens, capazes de organizar para que possa ser localizada e utilizada, e também especialista nas fontes jurídicas.

A partir dessa visão o bibliotecário jurídico é o profissional que facilita o acesso à informação jurídica de forma ágil e eficiente, é também o responsável por sua organização, tornando-se um facilitador, ou mediador da informação.

Paiva e Pother (2011, p.1) corroboram tal visão, ao afirmar que “O bibliotecário jurídico é o profissional que proporciona o acesso rápido e seguro a informação jurídica.” Verifica-se neste sentido que o bibliotecário é o profissional capacitado para a gestão da informação e documentação, colaborando ao seu tratamento, análise e disseminação da informação, e tem por objetivo satisfazer as necessidades informacionais de seus usuários.

Para Furtado (2012, p. 1) O bibliotecário é um profissional interdisciplinar que tem como base para seu trabalho a informação e as técnicas de organização e disseminação, tornando-se o mediador entre a informação e o usuário.

Profissional capacitado por dominar as técnicas de organização e disseminação, para melhor ajudar o usuário.

As atividades desenvolvidas pelo bibliotecário jurídico são destacadas por Passos (2001):

As competências do bibliotecário jurídico variam de acordo com o local de trabalho (universidade, bibliotecas governamentais, escritórios de advocacia) ou mesmo em relação a sua especialização (bibliotecário de referência, indexador, no desenvolvimento das coleções). Em instituições menores onde há um ou dois profissionais contratados, o bibliotecário precisa, muitas vezes, ser o administrador e o pesquisador.

É importante dizer que bibliotecário jurídico é o profissional que se ajusta às necessidades do seu local de trabalho ou campo onde se está atuando.

2.3 Biblioteconomia Jurídica

Devido a grande demanda de informações que tem surgido envolvendo a área de direito como leis, normas e regras em geral de um país, surge então à biblioteconomia jurídica.

Para Martinho e Ochôa (2016, p. 143)

A biblioteconomia jurídica é um ramo importante e especializado do saber biblioteconômico, ou para melhor conceitualizar, da ciência da

informação, possui uma herança impressa muito rica, alimentada e utilizada durante anos por advogados, professores de direito, juristas, editores e bibliotecários jurídicos.

A biblioteconomia jurídica tem suas raízes na Ciência da informação, ambas interagem proporcionando atualidade e relevância a este ramo do saber.

Entende-se que a biblioteconomia jurídica baseia-se numa interdisciplinaridade em que as Ciências da informação e Documentação se articulam com as matérias jurídicas, criando um novo ramo do saber. (MARTINHO E OCHÔA, 2016, p. 143). Isto é, ocorre um processo de ligação entre as disciplinas, proporcionando um saber mais especializado.

Martinho e Ochôa (2016, p. 144) confirmam que:

O aumento exponencial das fontes jurídicas, nos seus diversos suportes, conduziu à necessidade sentida pelas bibliotecas de incluí-las nas coleções ou de acrescentar com facilidade aos conteúdos, o que levou ao reconhecimento da imprescindibilidade da Biblioteconomia Jurídica e do profissional capaz de efetuar uma eficaz gestão da informação.

A biblioteconomia está atualmente em profunda metamorfose, a prova disto é a ligação que ela faz as demais outras áreas, em benefício das necessidades da sociedade.

Para Martinho e Ochôa (2016, p. 143) “A importância da biblioteconomia jurídica justifica-se pelo profundo impacto que o direito tem na sociedade.” Uma vez que, o direito com suas leis, produzem uma leva informações que beneficiam toda uma sociedade.

Conforme Passos (2001, p. 2):

Seu campo de atuação pode ser bibliotecas jurídicas universitárias, bibliotecas de órgãos governamentais, bibliotecas de escritórios de advocacia. Os usuários típicos dos serviços de uma biblioteca jurídica são: advogados, juízes, juristas, legisladores, professores e alunos dos cursos de Direito e o cidadão comum.

Seja na biblioteca, nas repartições públicas nos centros de documentação a biblioteconomia jurídica procura sempre alcançar seus usuários principais sendo estes discentes, docentes, advogados, juízes, mas também tem seu foco no público em geral.

O Objetivo da Biblioteconomia jurídica é a capacitação e aprimoramento dos bibliotecários que manejam este tipo de informação tornando-os facilitadores, sendo estes uma ponte entre a informação e seu usuário.

Conforme mencionou Barros (2016, p. 182) a especialização do profissional desta área se deve em se formar em Biblioteconomia, e seu contato com a Biblioteconomia Jurídica, dependendo da faculdade que frequenta, vai se dá por meio de algumas disciplinas ofertadas obrigatórias ou optativas, também pode aprender na prática, ou em cursos de extensão ou curta duração oferecidos por instituições de ensino.

3 METODOLOGIA

Nesta seção é descrita a metodologia utilizada para a realização desta pesquisa.

Conforme Prodanov e Freitas (2013, p. 14):

Etimologicamente, o termo ciência provém do verbo em latim Scire, que significa aprender, conhecer. Essa definição etimológica, entretanto, não é suficiente para diferenciar ciência de outras atividades também envolvidas com o aprendizado e o conhecimento.

De acordo com Gil (2008, p.8), “a ciência não se distingue de outras formas de conhecimento. O que torna, porém, o conhecimento científico distinto dos demais é que tem como característica fundamental a sua verificabilidade.” Ou seja, a ciência tem como objetivo primordial chegar à autenticidade dos fatos.

De acordo com Severino (2007, p. 117) “a ciência se faz quando o pesquisador aborda os fenômenos aplicando recursos técnicos, seguindo um método e apoiando-se em fundamentos epistemológicos”. O método científico e os fundamentos epistemológicos são elementos gerais para a ciência.

Segundo Prodanov e Freitas (2013, p. 14):

A metodologia científica trabalha com métodos científicos, que tem como objetivo coletar dados e realizar uma meticulosa investigação sobre um tema, de modo que um resultado ou um fim seja alcançável.

A metodologia científica, portanto, trabalham com técnicas, instrumentos e objetivos. A investigação científica depende de um “conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos” (GIL, 2008, p. 8), para que seus objetivos sejam atingidos: os métodos científicos.

Pode adotar enfoques e modalidades de pesquisa de acordo com os aspectos nos quais se pretende destacar. Os mesmos serão descritos abaixo.

3.1 Classificação da Pesquisa

No que diz respeito aos objetivos desta pesquisa o método ou caminho percorrido para alcançar os objetivos científicos pré-estabelecidos neste estudo,

podem ser classificados como uma pesquisa exploratória. Segundo Gil (2002, p.41) “as pesquisas exploratórias têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses”. Pode-se dizer que estas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições.

Quanto aos procedimentos técnicos considera-se esta pesquisa bibliográfica. Segundo Gil (2008, p.50) compreende-se que a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos.

Consiste em uma abordagem qualitativa. Para Minayo (2002, p. 21) “a pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não podem ser quantificados”, ela se preocupa com a qualidade da pesquisa realizada.

Esta investigação usou os seguintes termos de busca “biblioteconomia jurídica e bibliotecário jurídico”. Como método de pesquisa tratou-se uma revisão bibliográfica ajudando assim a elaboração de um novo trabalho científico.

3.2 Universo de Pesquisa

Este trabalho possui como universo de pesquisa os periódicos eletrônicos nacionais. Justificam-se como sua população os periódicos eletrônicos da área da ciência da informação. A amostra irá englobar os 15 periódicos eletrônicos que serão investigados artigos sobre o assunto nos anos de 2012 á 2016.

3.3 Instrumento da Pesquisa

Serviram de instrumento de pesquisa tabelas em planilha eletrônica para controle das informações correspondentes: título de periódico e link de cada revista científica.

Através dela será possível sintetizar, analisar, e examinar os dados da pesquisa.

O quadro 1 demonstra os dados coletados neste estudo, as 15 revistas eletrônicas selecionadas com seus respectivos endereços eletrônicos, selecionadas do blog Bibliotecários Sem Fronteiras.

Quadro 1 - Relação das revistas eletrônicas

Nome da Revista	Endereço eletrônico
Biblionline (UFPB)	Link:< http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/biblio >
Biblos (FURG)	Link:< https://www.seer.furg.br/biblos >
CaJur Cadernos de Informação Jurídica (Brasília)	Link:< http://www.cajur.com.br/index.php/cajur/index >
Ciência da Informação (IBICT)	Link:< http://revista.ibict.br/ciinf >
Em Questão (UFRGS)	Link:< http://seer.ufrgs.br/EmQuestao >
Encontros Bibli (UFSC)	Link:< https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb >
InCID (USP)	Link:< http://www.revistas.usp.br/incid/ >
Informação & Informação (UEL)	Link:< http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao >
Informação & Tecnologia (ANCIB)	Link:< http://periodicos.ufpb.br/index.php/itec >
Informação & Sociedade: Estudos (UFBP)	Link:< http://www.ies.ufpb.br/ojs2/index.php/ies >
Perspectivas em Gestão & Conhecimento (UFBP)	Link:< http://periodicos.ufpb.br/index.php/pgc >
Revista ACB	Link:< https://revista.acbsc.org.br/racb >
Revista brasileira de Biblioteconomia e Documentação (FEBAB)	Link:< https://rbbd.febab.org.br/rbbd >
Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação (UNICAMP)	Link:< http://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci >
Transinformação (PUC-Campinas)	Link:< http://periodicos.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/transinfo >

Fonte: <https://goo.gl/sVAVkQ>

3.4 Descrição dos procedimentos

Para melhor compreensão do estudo, os procedimentos foram organizados da seguinte forma:

1. Escolha do tema: biblioteconomia jurídica e Bibliotecário jurídico;
2. Seleção dos periódicos: Periódicos eletrônicos de acesso aberto da área da ciência da informação;
3. Período: Edições que abrangessem o período de 2012-2016, contemplando 5 anos de publicações;
4. Idioma: Apenas publicações em português;
5. Seleção do material: Artigos;
6. Critério de busca nos documentos: A autora percorreu nos títulos, resumos e palavras-chave de cada assunto, quando necessário foi realizado uma leitura técnica para confirmação e recuperação das informações;

7. Critério de termos de busca: A autora elencou como termos de busca as palavras-chave biblioteconomia jurídica e bibliotecário jurídico, pois, tem relação com o assunto de pesquisa;
8. Critério de autores: A autora fez a coleta dos autores e coautores somente dos documentos recuperados para fins de análise;
9. Critério de busca nos periódicos: Somente periódicos da área da ciência da informação;
10. Período da Pesquisa: 1º de agosto á 15 de novembro.

Sendo assim, foi desenvolvida a tabulação dos dados, a descrição das informações e a escrita da análise e discussão dos resultados da pesquisa, de acordo com os objetivos apresentados neste estudo.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Através de consulta aos periódicos da área da Ciência da Informação foram selecionados 15 periódicos, ilustrado no quadro 1 na seção metodologia, sendo que em 8 obteve-se material relevante para a pesquisa. Após a busca foram selecionados 12 artigos.

Quadros 2 – Periódicos utilizados e documentos recuperados

Periódicos	Documentos Recuperados	Documentos Selecionados
Biblionline	3	1
Cajur Cadernos de Informação Jurídica	10	5
Ciência da Informação	13	1
Encontros Bibli	5	1
Perspectivas em Gestão & Conhecimento	2	1
Revista ABC	24	1
Revista Brasileira de Biblioteconomia e documentação	1	1
Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação	9	1
TOTAL	67	12

Fonte: <https://goo.gl/sVAVkQ>

O quadro 2 mostra os periódicos que publicaram artigos sobre a temática de interesse desta pesquisa. Mostrou a quantidade de documentos recuperados em cada periódico e o número total de artigos que foram selecionados durante o presente estudo. Destes, importante ressaltar que em 55 documentos embora tenham sido recuperados na pesquisa, em uma análise mais detalhada foi verificado que não correspondiam ao esperado.

Embora tivessem o termo de pesquisa, não trataram do assunto ou não contemplavam o período da busca de 2012 a 2016.

No quadro 3 apresenta-se a síntese dos artigos recuperados, foram listados e selecionados cada artigo para integrar no presente estudo. A seguir será apresentada a análise e o resultado dos artigos selecionados.

Quadro 3 – Artigos recuperados

Autor(es)	Ano	Título	País
MENONCIN	2012	Em busca da usabilidade no site do superior tribunal de justiça: uma análise a partir do comportamento de busca dos usuários e das heurísticas.	Brasil
SANTOS e ROCHA	2012	O blog como ferramenta de comunicação entre a biblioteca e seus usuários: a experiência da biblioteca Lydio Bandeira de Mello, da Faculdade de Direito da Universidade da Universidade Federal de Minas Gerais.	Brasil
PIRES, LOPES e VALLS	2013	Gestão do conhecimento em escritórios de advocacia: sua aplicação enquanto ferramenta para a vantagem competitiva	Brasil
ROCHA e CELERE	2013	Construção da tabela de classificação jurídica: relato de experiência da biblioteca da faculdade de direito de Ribeirão Preto – USP	Brasil
FERREIRA e MACULAN	2016	Organização da informação jurídica: proposta de modelo de leitura técnica de acórdãos no contexto do controle externo	Brasil
MIRANDA, GALLOTTI e MIRANDA	2016	A gestão da qualidade como estratégia de suporte para o desenvolvimento de coleções em bibliotecas jurídicas	Brasil
SILVA e BARBOSA NETO	2016	Gestão documental em instituições públicas: subsídios e desafios para a implantação de uma política de acervo no núcleo de prática jurídica da UERN-Natal	Brasil
MARTINHO e OCHÔA	2016	Biblioteconomia jurídica em Portugal: análise da evolução dos contextos de formação e especialização	Portugal
ANDRADE	2016	Biblioteconomia jurídica: uma jornada pelo território argentino	Argentina
OLORUNFEMI	2016	Status e identidade da Biblioteconomia Jurídica na Nigéria	Nigéria
RODRIGUES	2016	A atuação do bibliotecário jurídico em escritórios de advocacia em Brasília	Brasil
LAFONT	2016	O bibliotecário jurídico na Espanha na atualidade: realidade e futuro	Espanha

Fonte: a autora

Menocin (2012) baseou seu trabalho em estudos da arquitetura da informação, buscou avaliar a usabilidade das seções do website do STJ, e a identificar nos usuários a relevância das informações jurídicas veiculadas no website. O autor relatou que na área jurídica há uma preocupação em dar acesso rápido ao usuário, e é nesse momento que bibliotecário jurídico, com suas atividades profissionais pode proporcionar caminhos, links de acesso e uma linguagem que

facilite chegar à informação desejada, sem que o usuário se utilize de outros *websites* de busca, como o *google*.

Na visão deles, por se tratar da informação jurídica, o bibliotecário jurídico deve estar presente no processo de acesso à informação, no desenvolvimento da interface, bem como no processo de busca do usuário, auxiliando nos caminhos percorridos do website.

É relevante dizer que o bibliotecário jurídico é aqui tratado, como o arquiteto da informação, aquele que proporciona a organização da informação, facilitando a busca da pesquisa, auxiliando ao usuário a encontrar a informação desejada.

Santos e Rocha (2012) apresentaram em seu trabalho o blog *Bibliojurídica*, ferramenta de comunicação, e a importância de caracterizar e definir a informação jurídica para auxiliar os potenciais usuários. Os autores compreenderam que “a informação jurídica é o material de trabalho do bibliotecário jurídico”. PASSOS (1999, P. 363).

Entenderam Santos e Rocha (2012) que somente os bibliotecários jurídicos possuem uma capacitação no que diz respeito à pesquisa em fontes de informação jurídica, proporcionando aos usuários do blog um bom atendimento, promovendo acesso a fontes jurídicas, promovendo a interação dos usuários com a biblioteca, através do envio de comentários e da participação de enquetes.

É considerável dizer a importância do profissional da informação, o bibliotecário jurídico, na edição e atualização do Blog, mantendo a qualidade das informações ali prestadas, e possibilitando futuramente a realização de um estudo de usabilidade e arquitetura da informação, com o intuito de saber a satisfação dos usuários quanto ao Blog.

Pires, Lopes e Valls (2013) apresentaram em seu estudo a gestão do conhecimento em escritórios de advocacia. Os autores identificaram que os advogados costumam valorizar a informação, mas não o necessário para investirem em profissionais dedicados a este trabalho, ficando a gestão da informação e do conhecimento prejudicado.

Os autores compreenderam que os processos biblioteconômicos são perfeitamente ajustáveis à gestão do conhecimento, confirmando que os profissionais bibliotecários neste caso os bibliotecários jurídicos, devem estar engajados em todo o projeto de gestão do conhecimento no que diz respeito à

organização jurídica, promovendo o acesso, a disseminação, armazenamento, acessibilidade, garantindo a sua sustentabilidade no mercado.

É notável que haja espaço para a presença da Biblioteconomia Jurídica nos escritórios de advocacia, através da gestão do conhecimento das informações jurídicas, tornando a possibilidade concreta da atuação do Bibliotecário Jurídico neste ramo profissional.

Rocha e Celere (2013) apresentaram em estudo a classificação jurídica da área de Direito moderno, para o acervo da Biblioteca de Direito de Ribeirão Preto.

Os autores comentaram sobre a presença dos bibliotecários com conhecimentos jurídicos, no caso o Bibliotecário Jurídico, na elaboração da reclassificação do acervo, auxiliando a criação da nova tabela de classificação jurídica com abrangência dos temas Direito tradicional e contemporâneo, facilitando o acesso dos usuários da biblioteca em futuras pesquisas. Na visão deles, a reorganização deste novo assunto, facilitará a ordenação, armazenamento e recuperação das obras do acervo.

É relevante dizer que o bibliotecário jurídico está onde a informação jurídica se encontrar, neste caso nas bibliotecas especializadas em Direito.

Ferreira e Maculan (2016) apresentam em seu trabalho um modelo de leitura técnica de acórdãos para auxiliar a Biblioteca dos tribunais de contas brasileiras, na indexação de documentos jurisprudenciais no âmbito dos tribunais de contas brasileiras. Os autores justificam seu estudo, em que proporcionará ao Bibliotecário Jurídico, critérios gerais de sistematização conceitual, visando padronizar o processo de representação e recuperação deste tipo de informação.

É relevante dizer a importância de se aplicar as técnicas biblioteconômicas necessárias para ajudar o bibliotecário jurídico no âmbito da jurisprudência, auxiliando através de modelos de leitura técnica, facilitando seu entendimento para a apropriação das informações desejadas, para melhor auxiliar seu trabalho, no que se refere à indexação dos assuntos.

Miranda, Gallotti e Miranda (2016) propuseram em seu estudo abordar conceitos e aspectos da Qualidade em Serviços, tratando em específico o caso das Bibliotecas Jurídicas com ênfase na informação forense, informações de foro. Os autores mencionaram que diante da rapidez com que se modifica a informação jurídica, é indispensável ao Bibliotecário Jurídico manter-se atualizado, seu papel é fundamental para a satisfação do usuário, cumprindo a responsabilidade social

como mediador de informação. Na visão deles as bibliotecas jurídicas são responsáveis por difundir as informações, e por apoiar as decisões nos processos judiciais, através da documentação atualizada e relevante referente às leis.

É relevante dizer que este apoio aos foros depende das capacidades do bibliotecário jurídico, que além de suas técnicas biblioteconômicas, se mantém atualizado referente às leis com as quais manuseia em seu ambiente de trabalho.

Silva e Barbosa Neto (2016) em seu trabalho sobre a construção de uma política de gestão documental de acervo, apresentando ao Núcleo de Prática Jurídica da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte-Campus Natal, comentam que a relação entre os processos jurídicos produzidos e armazenados e as atividades desenvolvidas pelo setor, demandam rapidez na recuperação da informação referente ao acervo, que vão além das capacidades do quadro de funcionários do núcleo, sendo necessário um profissional da informação neste caso o Bibliotecário Jurídico com suas competências técnicas e conhecedor das informações jurídicas, contribuiria com a criação do guia para uma boa gestão, auxiliando os funcionários do NPJ agregando valor à organização dos materiais.

É relevante dizer neste contexto, a importância do profissional da informação, neste caso o bibliotecário jurídico atuante no acervo, irá proporcionar uma boa gestão estratégica no núcleo, se utilizando de seus conhecimentos técnicos especializados para gerar ganhos no tratamento da informação, promovendo agilidade no acesso as informações jurídicas.

Martinho e Ochôa (2016) apresentam em seu trabalho as características da Biblioteconomia Jurídica em Portugal que em seu primeiro momento está relacionado com a análise, o tratamento, e a organização da documentação jurídica de modo a facilitar o acesso aos utilizadores. Os autores indicam ser Eduardo Alves de Sá é o pioneiro do assunto neste país, no qual apresenta princípios da Classificação Decimal Dewey ao direito, inventariação, classificação e descrição de toda produção jurídica portuguesa.

Martinho e Ochôa (2016) comentam que a atividade profissional do Bibliotecário Jurídico em Portugal se encontra no seio da Administração Pública, neste caso as bibliotecas jurídicas, mas também no setor privado, em especial os escritórios de advogados, estes são os principais empregadores deste profissional.

Os autores relatam que alguns dos eventos mais ocorridos em Portugal merecem dado particular destaque dado a sua influência na formação do

Bibliotecário Jurídico, um destes eventos foi o I, II e III Encontros de Bibliotecas Jurídicas apoiadas pela associação de bibliotecários, arquivistas e documentalistas portugueses evento ocorrido em 2004, 2006 e 2008.

Diante disto é importante dizer que o assunto Biblioteconomia Jurídica e Bibliotecário Jurídico tem se mostrado importante no que diz respeito ao desempenho e atratividade da profissão em Portugal.

Andrade (2016) em seu estudo sobre a Biblioteconomia Jurídica: uma jornada pelo território argentino, comenta que o Bibliotecário Jurídico conta com outras oportunidades trabalhistas que vão além do seio de entidades educativas (as bibliotecas), estas alternativas vão de encontro a estudos jurídicos, editoras e livrarias especializadas sendo direcionado a atuar nestes espaços contrapondo os cenários acadêmicos. O autor diz não existir uma formação específica para os bibliotecários que desejam dedicar-se área jurídico na Argentina. Ele expõe que J Frederic Finó¹ é o autor da primeira publicação relativa a Biblioteconomia Jurídica na Argentina, o trabalho trata do Serviço de referência em material legal, apresentação dos documentos jurídicos (leis, decretos e resoluções), as edições (oficiais e privadas), a elaboração, organização e localização dos índices de legislação.

Enfatiza Andrade (2016) a existência da associação Civil de Bibliotecários Jurídicos na Argentina, instituição criada e organizada por vontade comum de profissionais da informação, sendo sua missão "promover políticas e ações que fortaleçam o papel profissional do Bibliotecário Jurídico, propiciando reconhecimento das instituições pela relevância da gestão que estes realizam no processo de acesso à Informação jurídica".

É relevante dizer que a Biblioteconomia Jurídica na Argentina ainda esta a passos lentos, porém seguindo em frente, e cada vez mais em evidência no que diz respeito à capacitação do profissional Bibliotecário Jurídico.

Olorunfemi (2016) apresenta em seu trabalho o status e identidade dos Bibliotecários Jurídicos na Nigéria. O autor aponta que para ser reconhecido como Bibliotecário Jurídico, o candidato precisa ser qualificado em Direito e biblioteconomia, porém a qualificação exigida para trabalhar como bibliotecário jurídico é o mestrado em Biblioteconomia.

¹ FINÓ, J. Frederic. El servicio de referencias en materia legal. Santa Fe: Universidad, 1946.

O autor entendeu que a Biblioteconomia Jurídica é um nicho da Biblioteconomia, desenvolveu-se para tornar-se mistura de profissionais da informação do Direito e da Biblioteconomia, compreendeu ser o Bibliotecário Jurídico um profissional da informação que trabalha em várias frentes legais, incluindo escolas de Direito, escritórios de advocacia e bibliotecas governamentais, e que são pessoas que trabalham para promover acesso às fontes e recursos de informação em bibliotecas jurídicas.

O autor considera ser esperado que os Bibliotecários Jurídicos estejam atualizados sobre novos desdobramentos do Direito e da Biblioteconomia, na opinião dele, o papel do Bibliotecário Jurídico nos ambientes de informação eletrônica não pode se subestimar, papéis como avaliação da qualidade em fontes de informação, impressas e eletrônicas e ensino de metodologia da pesquisa científica.

É relevante dizer a importância do Bibliotecário Jurídico se especializar na área de Direito para poder ter a dupla qualificação necessária a Biblioteconomia Jurídica, somente com esta especialização ele estará completamente apto para lidar com a informação jurídica, porém, contudo, ainda estão por ser aceitos como profissão na Nigéria.

Rodrigues (2016) expõe em seu trabalho uma revisão de literatura sobre o Bibliotecário Jurídico e sua atuação em escritórios de advocacia em Brasília. O autor aponta que de acordo com Pereira (2006, p. 34), a função do bibliotecário em escritórios de advocacia “[...] é a de auxiliar o trabalho intelectual dos advogados e funcionários, com as tarefas de pesquisa, além do tratamento técnico dos materiais bibliográficos inerentes ao suporte da biblioteca”.

Fulin (2006, p. 37 apud. Rodrigues, 2016) menciona que o espaço de trabalho do Bibliotecário Jurídico se estende às “[...] bibliotecas jurídicas universitárias, bibliotecas de órgãos governamentais, bibliotecas de escritórios de advocacia, e até bibliotecas particulares de advogados e juízes”.

Rodrigues (2016) atribui à falta da ausência de Bibliotecários Jurídicos em escritórios de advocacia pode estar relacionada à falta de reconhecimento dos operadores do Direito quanto às funções e atividades que poderiam ser desempenhadas, implantadas, e melhoradas. O autor também comenta que muitos pensam que toda informação se encontra na internet não necessitando de dar o devido valor ao bacharel em Biblioteconomia para realizar a gestão informacional.

É necessário dizer que é preciso por parte dos Bibliotecários Jurídicos buscarem alternativas que possam surpreender os operadores de Direito na gestão informacional, para assim poderem estar inseridos neste campo de trabalho.

Lafont (2016) apresenta em seu estudo a situação do Bibliotecário Jurídico na Espanha. Na visão dele, o cenário do Bibliotecário Jurídico na Espanha, tanto em âmbito acadêmico como no profissional, não é otimista. O autor reforça que este profissional encontra vários obstáculos para desempenhar seu trabalho, como mercado de trabalho escasso e pouco dinâmico, ausência de formação específica nas graduações e pouca avaliação da titulação.

O autor enfatiza que bibliotecário jurídico na Espanha surge pela própria necessidade dos postos de trabalho (bibliotecas de universidade, Parlamentos, associações de advogados, escritórios de advocacia e tribunais), mas a ausência de uma associação profissional que lhe dê respaldo profissional habitual impede de desenvolver pilares como é a formação regular, a integração com os requisitos das ofertas de emprego e a sua inclusão nos programas oficiais das escolas de formação.

Em suma é importante dizer que a qualificação do Bibliotecário Jurídico deve ser contínua e sem esta rotina de qualificações é impossível se manter-se atualizado sobre este mercado trabalho, como foi dito é muito escasso.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste estudo foi investigar os estudos acerca dos temas “Biblioteconomia jurídica e Bibliotecário jurídico a partir dos periódicos científicos da área da ciência da informação, entre os anos de 2012 e 2016”. Compreende-se os objetivos propostos, em que os temas não tem sido foco dos trabalhos publicados nos periódicos brasileiros da área de CI.

Com o estudo percebeu-se a escassez de bibliografia do assunto proposto. Os autores encontrados evidenciaram a atuação do profissional bibliotecário jurídico. Na concepção da autora, os trabalhos abordados não definiram ou conceituaram a Biblioteconomia Jurídica e Bibliotecário jurídico.

A visão apresentada por autores como Pires, Lopes, Valls (2013), Rodrigues (2016) e Olorunfemi (2016) foi sobre a entrada do bibliotecário no mercado de trabalho advocatício, sendo útil para gestão do conhecimento jurídico. Também, apresentaram-se estudos para compreender a atuação do bibliotecário jurídico em seus diversificados lugares de trabalho.

É importante dizer que foi identificado através deste trabalho os novos campos de trabalho do Bibliotecário Jurídico, não restringindo somente a bibliotecas especializadas na área de Direito, mas também estudiosos das fontes jurídicas, a frente de estudos em usabilidade e arquitetura da informação, editores, bibliotecários de escritórios de advocacia bem como de repartições governamentais.

Pires, Lopes e Valls (2013) e Rodrigues (2016) concordam que é visível à falta de credibilidade do profissional bibliotecário jurídico por parte dos operadores de Direito, que não compreendem que somente o profissional da informação é o mais capacitado para operar as fontes de informação jurídicas se utilizando das técnicas da Biblioteconomia no que tange a gestão da informação e do conhecimento.

Considera-se que o debate sobre a atuação do bibliotecário jurídico ou a biblioteconomia jurídica, tem sido pouco abordado na literatura, visto os resultados obtidos a partir dos periódicos estudados. Sugere-se para fins de estudos futuros pesquisa nesta área do conhecimento, que identifiquem as principais barreiras enfrentadas pelo bibliotecário jurídico na inserção e reconhecimento diante do mercado de trabalho e na literatura da área da ciência da informação.

REFERÊNCIAS

BARROS, Lucivaldo. Fontes de informação jurídica. In: PASSOS, Edilenice (Org.). **Informação Jurídica: Teoria e prática**. Brasília: Thesaurus, 2004.

BARROS, Lucivaldo Vasconcelos. Uma leitura sobre a Biblioteconomia Jurídica no Brasil e em países selecionados: contribuições, particularidades, semelhanças e diferenças. **Cadernos de Informação Jurídica**, Brasília, v.3, n.1, p. 176-216, jan./jun.2016. Disponível em: <<http://www.cajur.com.br/index.php/cajur/article/view/87/91>>. Acesso em: 09 nov. 2017.

Bibliotecários sem fronteiras. **Lista com todas as revistas científicas de biblioteconomia e ciência da informação**. Janeiro. 2016. Disponível em:<<https://bsf.org.br/2016/01/13/lista-todas-revistas-cientificas-academicas-biblioteconomia-ciencia-da-informacao/>>. Acesso em: 04 de maio 2017.

COSTA, Luana Samá. **Necessidades Informacionais dos Bibliotecários Jurídicos dos Tribunais Do Rio Grande Do Sul**. 2013. 82 f. TCC (Bacharelado em Biblioteconomia) – Instituto de Ciências Humanas e Informação, Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2013. Disponível em:<<http://repositorio.furg.br/handle/1/5921>>. Acesso em: 05 jun. 2017.

COSTA, Julio Ridieri. **O perfil do bibliotecário que atua nas bibliotecas dos tribunais de justiça do Brasil**. 2010. 95 f. (Bacharelado em Biblioteconomia) – Departamento de Ciências da Informação, Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Porto Alegre, 2010. Disponível em:<<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/27836/000766902.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 07 jul. 2017.

FURTADO, Maria Paloma de Oliveira et al. A importância do bibliotecário e da gestão da informação em âmbito jurídico. In: ENCONTRO UNIVERSITÁRIO DA UFC NO CARIRI, 4., 2012. Juazeiro do Norte. **A importância do bibliotecário e da gestão da informação em âmbito jurídico**. Juazeiro do Norte-CE: Encontros universitários, 2012. p.1-5. Disponível em:<<https://conferencias.ufca.edu.br/index.php/encontros-universitarios/eu-2012/paper/view/1006/484>>. Acesso em: 04 jun. 2017.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008. Disponível em:<<https://ayanrafael.files.wordpress.com/2011/08/gil-a-c-mc3a9todos-e-tc3a9cnicas-de-pesquisa-social.pdf>>. Acesso em: 05 jun. 2017.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. Disponível em:<https://professores.faccat.br/moodle/pluginfile.php/13410/mod_resource/content/1/como_elaborar_projeto_de_pesquisa_-_antonio_carlos_gil.pdf>. Acesso em: 05 jun. 2017.

- LUCAS, Ricardo Wallace das Chagas. **Fisioterapia Forense: perícias judiciais e extrajudiciais para fisioterapeutas**. Florianópolis: Rocha, 2009. 191 p. Disponível em:<
https://books.google.com.br/books?id=huY2qjCah_UC&pg=PA32&dq=direito+como+um+conjunto+de+normas+jur%C3%ADdicas+vigentes+em+um+pa%C3%ADs.&hl=en&sa=X&ved=0ahUKEwj3-eb8oK3XAhWCjZAKHbg0DAUQ6AEIKDAA#v=onepage&q&f=false>. Acesso em: 07 nov. 2017.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 21.ed. Petrópolis: Vozes, 2002. 80 p. Disponível em:<
<http://wp.ufpel.edu.br/franciscovargas/files/2012/11/pesquisa-social.pdf>>. Acesso em: 04 jun. 2017.
- MARTINHO, Ana; OCHÔA, Paula. **Biblioteconomia jurídica em Portugal: análise da evolução dos contextos de formação e especialização**. Cadernos de Informação Jurídica, Brasília, v. 3, n. 1, p. 142-175, jan./jun. 2016. Disponível em:<
<http://www.cajur.com.br/index.php/cajur/article/view/66/89>>. Acesso em: 05 jun. 2017.
- OLORUNFEMI, Doreen Yemisi. Status e identidade da Biblioteconomia Jurídica na Nigéria. **Cadernos de Informação Jurídica**, Brasília, v. 3, n. 1, p. 128-141, jan./jun. 2016. Disponível em:< <http://www.cajur.com.br/index.php/cajur/article/view/86/88>>. Acesso em: 09 nov. 2017.
- PAIVA, Rodrigo Oliveira de; POTTER, Suelem Gadelha. O bibliotecário jurídico na contemporaneidade. In: ENCONTRO REGIONAL DE ESTUDANTES DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO, CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DA INFORMAÇÃO, 14, 2011. Belém do Pará. **O bibliotecário jurídico na contemporaneidade**. Belém-PA: Universidade Federal do Paraná, 2011. p. 1-3. Disponível em:<<http://www.ebah.com.br/content/ABAAABpLAAA/bibliotecario-juridico-na-contemporaneidade>>. Acesso em: 03 maio 2017.
- PASSOS, Edilenice Jovelina Lima. O controle da informação jurídica no Brasil: a contribuição do Senado Federal. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 23, n. 3, p. 363-368, set./dez. 1994. Disponível em:
 <<http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/537/537>>. Acesso: 29 abr. 2017.
- PASSOS, Edilenice. Bibliotecário jurídico: seu perfil, seu papel. In: ENCONTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO JURÍDICA, 3., Rio de Janeiro, 2001. **[Trabalho apresentado no 3º ...]**. Rio de Janeiro: Grupo de Informação e Documentação Jurídica do Rio de Janeiro, 2001. Disponível em:<
http://www.infolegis.com.br/wa_files/perfilbibjuridico.pdf>. Acesso em: 05 jun.2017.
- PRODANOV, Cleber; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do Trabalho Científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2 ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013. 277p. Disponível em:<
<http://www.feevale.br/Comum/midias/8807f05a-14d0-4d5b-b1ad-1538f3aef538/E-book%20Metodologia%20do%20Trabalho%20Cientifico.pdf>>. Acesso em: 04 jun. 2017.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metologia do Trabalho Científico**. 23 ed. São Paulo: Corra, 2007. 304 p. Disponível em:< https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3480016/mod_label/intro/SEVERINO_Metodologia_do_Trabalho_Cientifico_2007.pdf>. Acesso em: 04 jun. 2017.

SOUZA, Sebastião de. Fundamentos filosóficos da Biblioteconomia. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, Brasília, DF, v.14, n. 2, p. 189-196, jul./dez. 1986. Disponível em:< <http://www.brapci.inf.br/index.php/article/download/17538>>. Acesso em: 04 jun. 2017.

UFES. **Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas**. Disponível em:< <http://www.ccje.ufes.br/biblioteconomia>>. Acesso em: 08 nov. 2017.

APÊNDICE A

Referências dos artigos científicos selecionados

ANDRADE, María Laura. Biblioteconomia jurídica: uma jornada pelo território argentino. **Cadernos de Informação Jurídica, Brasília**, v. 3, n. 1, p. 28-49, jan./jun. 2016. Disponível em:<<http://www.cajur.com.br/index.php/cajur/article/view/79/79>>. Acesso em: 13 nov. 2017.

FERREIRA, Ana Carolina; MACULAN, Benildes Coura Moreira dos Santos. Organização da informação jurídica: proposta de modelo de leitura técnica de acórdãos no contexto do controle externo. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis, SC**: v. 21, n. 3, p. 468-486, ago./nov., 2016. Disponível em:<<https://revista.acb.org.br/racb/article/view/1185/pdf>>. Acesso em: 24 out. 2017.

LAFONT, David Aznar. O bibliotecário jurídico na Espanha na atualidade: realidade e futuro. **Cadernos de Informação Jurídica, Brasília**, v. 3, n. 1, p. 61-71, jan./jun. 2016. Disponível em:<<http://www.cajur.com.br/index.php/cajur/article/view/81/81>>. Acesso em: 14 nov. 2016.

MARTINHO, Ana; OCHÔA, Paula. Biblioteconomia jurídica em Portugal: análise da evolução dos contextos de formação e especialização. **Cadernos de Informação Jurídica, Brasília**, v. 3, n. 1, p. 142-175, jan./jun. 2016. Disponível em:<<http://www.cajur.com.br/index.php/cajur/article/view/66/89>>. Acesso em: 13 nov. 2017.

MENONCIN, Karin Lorien. Em busca da usabilidade no site do superior tribunal de justiça: uma análise a partir do comportamento de busca dos usuários e das heurísticas. **Ci. Inf.**, Brasília, DF, v. 41 n.2/3, p.72-94, maio/dez., 2012. Disponível em:<<http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1337/1516>>. Acesso em: 19 out. 2017.

MIRANDA, Ana Cláudia Carvalho de; GALLOTTI, Mônica Marques Carvalho; MIRANDA, Erlano Silva de. A gestão da qualidade como estratégia de suporte para o desenvolvimento de coleções em bibliotecas jurídicas. **Rev. Digit. Bibliotecon. Cienc. Inf.** Campinas, SP, v.14, n.2, p.262-278, maio/ago. 2016. Disponível em:<<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/8643771/pdf>> . Acesso em: 24 de out. 2017.

OLORUNFEMI, Doreen Yemisi. Status e identidade da Biblioteconomia Jurídica na Nigéria. **Cadernos de Informação Jurídica, Brasília**, v. 3, n. 1, p. 128-141, jan./jun. 2016. Disponível em:<<http://www.cajur.com.br/index.php/cajur/article/view/86/88>>. Acesso em: 14 nov. 2016.

PIRES, Daniele Brene; LOPES, Janaina; VALLS, Valéria Martin. Gestão do conhecimento em escritórios de advocacia: sua aplicação enquanto ferramenta para a vantagem competitiva. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, João Pessoa, v. 3, n. 1, p. 48-70, jan./jun. 2013. Disponível em:<

<http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/pgc/article/view/14436/9323>>. Acesso em: 23 out. 2017.

ROCHA, Ednéia Silva Santos; CELERE, Milena. Construção da tabela de classificação jurídica: relato de experiência da biblioteca da faculdade de direito de Ribeirão Preto – USP. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**. São Paulo, v.9, n.1, p. 17-27, jan./dez. 2013. Disponível em:< <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/223/249>>. Acesso em: 24 out. 2017.

RODRIGUES, Larissa Stefane Vieira. A atuação do bibliotecário jurídico em escritórios de advocacia em Brasília. **Cadernos de Informação Jurídica**, Brasília, v. 3, n. 2 p. 164-172, jul./dez. 2016. Disponível em:< <http://www.cajur.com.br/index.php/cajur/article/view/73/104>>. Acesso em: 14 nov. 2017.

SANTOS, Ester Laodiceia; ROCHA, Suely Margareth da. O blog como ferramenta de comunicação entre a biblioteca e seus usuários: a experiência da biblioteca Lydio Bandeira de Mello, da Faculdade de Direito da Universidade da Universidade Federal de Minas Gerais. **Enc. Bibli**, Florianópolis, v. 17, n. 33, p. 134-152, jan./abr., 2012. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2012v27n33p134/21715>>. Acesso em: 20 out. 2017.

SILVA, Vânia Juçara; BARBOSA NETO, Pedro Alves. Gestão documental em instituições públicas: subsídios e desafios para a implantação de uma política de acervo no núcleo de prática jurídica da UERN-Natal. **Biblionline**, João Pessoa, v. 12, n. 1, p. 55-66, 2016. Disponível em:< <http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/biblio/article/view/28071/15435>>. Acesso em 19 out. 2017.